

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Matheus Olivieri Caixeta Cavalcante

**AS AÇÕES INTERAGÊNCIAS NA MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO**

**Resende
2020**

Matheus Olivieri Caixeta Cavalcante

**AS AÇÕES INTERAGÊNCIAS NA MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador(a): Prof(a). Marco Antônio Costa Cavalieri Brandão

Resende
2020

Matheus Olivieri Caixeta Cavalcante

**AS AÇÕES INTERAGÊNCIAS NA MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em ____ de _____ de 2020:

Banca examinadora:

Marco Antônio Costa Cavalieri Brandão, Tenente-coronel R1
(Presidente/Orientador)

Rogério Motinha Lanzellotte, Major

João Paulo Teixeira Neto, Capitão

Resende
2020

Dedico este trabalho, a meus pais primeiramente, que sempre me apoiaram e me conduziram no caminho da honestidade e humildade. Dedico também a todos que sonham um dia se tornar oficial do Exército Brasileiro, deixando a mensagem de que a dor é passageira mas a glória é eterna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais por me guiarem no caminho do bem, no caminho da responsabilidade e me incentivarem à carreira militar e, também, por estarem comigo em todos os momentos que precisei, sejam eles bons ou ruins.

Ao meu orientador, por sua dedicação e boa vontade para que este trabalho fosse concluído com êxito, muitas vezes abdicando de seu tempo particular.

Agradeço também à minha namorada, por sua ajuda na confecção deste trabalho, quem possui um vasto conhecimento na área acadêmica, que foi de grande valia para a boa execução deste trabalho.

RESUMO

AS AÇÕES INTERAGÊNCIAS NA MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

AUTOR: Matheus Olivieri Caixeta Cavalcante
ORIENTADOR(A): Marco Antônio Costa Cavalieri Brandão

Desde a sua criação, a Organização das Nações Unidas(ONU) promoveu muitas missões em países que necessitavam de um auxílio internacional para a manutenção dos direitos fundamentais e as necessidades básicas do país. Na República Democrática do Congo(RDC), a ONU realiza um trabalho fundamental no combate a grupos armados que apresentam um risco aos direitos humanos e fundamentais da população local. Nessa missão, além das tropas legais da ONU também se apresentam agentes de saúde, ONGs e instituições da RDC. Viu-se a necessidade então de estudar a relação entre esses agentes e órgãos, que são chamadas operações interagências. A tendência dessas operações é crescer a nível mundial pois percebeu-se, com a expertise de missões da ONU anteriores que, com uma boa coordenação com outros órgãos e agências, pode-se alcançar um êxito muito maior do que quando comparado a um trabalho apenas de tropas da ONU. No contexto específico da MONUSCO (Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo), além dos integrantes da ONU, outros organismos de vulto internacional também atuam na região como a Polícia Nacional Congolesa (PNC), as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) e a Cruz Vermelha, assim como várias ONGs de menor vulto. O objetivo dessa trabalho é, dessa forma, levantar as dificuldades das operações interagência no escopo da MONUSCO e propor melhoras nas coordenações desses entes, se necessário. E ainda, incentivar a criação de doutrinas referentes ao assunto para que seja feito uso, tanto para futuras missões da ONU, quanto para a execução de tarefas internas do país.

Palavras-chave: Operações interagências. Organização da Nações Unidas. MONUSCO. República Democrática do Congo.

ABSTRACT

THE INTER-AGENCY ACTIONS IN THE UNITED NATIONS STABILIZATION MISSION IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

AUTHOR: Matheus Olivieri Caixeta Cavalcante
ADVISOR: Marco Antônio Costa Cavalieri Brandão

Since its creation in the United Nations (UN), it has promoted many missions in countries that need international assistance for the maintenance of fundamental rights and as basic requirements of the country. In the Democratic Republic of Congo (DRC), the UN does a fundamental job in combating armed groups that pose a risk to the human and fundamental rights of the local population. In this mission, in addition to the UN legal troops, health workers, NGOs and institutions from the DRC are also present. You then need to study a relationship between these organs and agencies, which are the interactive operations. The tendency of these operations is to grow at the global level because it is perceived, with experience of previous UN missions, that with a good coordination with other organs and agencies, a much greater gain can be achieved than when it had only worked with troops from the United Nations. UN. In the specific context of MONUSCO (United Nations Stabilization Mission in the Democratic Republic of Congo), in addition to the UN members, other inter-national cult organizations also operate in the region, such as the Congolese National Police (PNC), such as the Armed Forces of the Democratic Republic of the Congo (FARDC) and the Red Cross, as well as several less cultured NGOs. The objective of this work is, in this way, to raise as difficulties of MONUSCO scope operations and better proportions in the coordination of these entities, if necessary. Also, encourage the creation of doctrines related to the subject so that it can be used, both for future UN missions, and for the execution of internal tasks in the country.

Keywords: Inter-agency operations. United Nations Organization. MONUSCO. Democratic Republic of Congo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais grupos armados da RDC após 1998.....	40
Figura 2 - Efetivos da MONUSCO em janeiro de 2020.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFDL	Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CSNU	Conselho de Segurança da ONU
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas
EB	Exército Brasileiro
FA	Forças Armadas
FDLR	Força Democrática para Libertação de Ruanda
FIB	Force Intervention Brigade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
M23	Movimento 23 de Março
MINUSTAH	Missão da ONU para Manutenção da Paz no Haiti
MLC	Movimento de Libertação Congolês
MONUC	Missão da ONU na República Democrática do Congo
MONUSCO	Missão de Estabilização da ONU na República Democrática do Congo
MPR	Movimento Popular da Rebelião
OCHA	Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUC	Missão das Nações Unidas no Congo
PIB	Produto Interno Bruto
PNC	Polícia Nacional Congolesa
RDC	República Democrática do Congo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS	13
1.1.1 Objetivo Geral	13
1.1.2 Objetivos específicos	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 SITUAÇÃO DO CONGO - ANTECEDENTES.....	14
2.2 MISSÕES DE PAZ.....	16
2.3 COMBATE IRREGULAR.....	19
2.4 OPERAÇÕES INTERGÊNCIAS.....	20
2.5 FARDC E PNC.....	22
3 LEVANTAMENTO DE CAMPO	24
3.1 GENERAL ELIAS.....	24
3.2 CORONEL ADELMO.....	27
4 REFERENCIAL METODOLÓGICO	29
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	29
4.2 MÉTODOS.....	29
4.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	29
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE – Questionário	39
ANEXOS	40
ANEXO A FIGURAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciar este trabalho é importante salientar que o mesmo se insere dentro da área das ciências militares e na linha das relações internacionais. A República Democrática do Congo (RCD) é um país que tem sua formação em um modelo imperialista, onde houve uma exploração demasiada por parte de seu colonizador. Marca dessa exploração aparece na dificuldade do país consolidar sua política. Nesse vácuo de poder muitas entidades milicianas tentam tomar o poder e assumir a frente do país com suas próprias leis, sem respeito nenhum a dignidade humana, utilizando-se da violência extrema. No meio dessa guerra se encontra a população civil que fica vulnerável perante aos embates de grupos radicais e as forças nacionais, podendo ser atingidas tanto direta como indiretamente por esses conflitos.

Diante dessa situação, a Organização das Nações Unidas (ONU) viu a necessidade de implementar uma missão de paz naquele país, com o intuito de proteger os civis, que estavam sendo vítimas da luta pelo poder. Dentro dessa tropa designada se incluíam brasileiros, indianos, argentinos e outros mais representantes de outras nacionalidades.

É certo que há uma preparação de todos efetivos antes de seguir para a missão, porém, é notória a dificuldade de interação das tropas de países diferentes, ou com funções diferentes. Sabe-se também que essa preparação para a missão é acompanhada pela ONU para que esta possa manter o controle do nível em que estão se preparando os agentes militares ou civis. Contudo mesmo com essa fiscalização fica claro que a preparação não é a ideal devido a falhas nessas cooperações.

A interação das Forças Armadas com outros órgãos e agências, estatais ou não, é o que materializa, para nós militares, o ambiente interagências mencionado. Essa interação visa conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções, buscando a eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. (FILHO, J.O.S.2013, p. 34)

Diante do exposto segue o seguinte questionamento orientador deste trabalho: seria possível aumentar o nível de entrosamento nas ações interagências das missões de paz? E em caso positivo, como fazê-lo? O objetivo desse trabalho é levantar as principais dificuldades nos trabalhos interagências, especificamente na Missão de Estabilização da ONU na República Democrática do Congo, de maneira que seja possível utilizar-se desses conhecimentos - baseados na experiência -, em outras missões de paz futuras que o Exército Brasileiro venha a cumprir. Esse trabalho se faz importante no momento em que seja possível, por meio de um

estudo detalhado de necessidades e experiências passadas, unificar as doutrinas de diferentes agências e órgãos presentes em missões de estabilização da ONU para que se tenha um trabalho mais eficiente, coeso e sem ruídos tanto para a atual MONUSCO quanto para futuras missões de estabilização da ONU que tropas brasileiras venham a participar. Também, pode-se salientar que ainda há na RDC focos de grupos armados que, por meio de suas ações violentas, podem forçar a aumentar o contingente de militares brasileiros na Missão De Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), onde o Exército Brasileiro poderia atuar novamente também tendo em vista sua boa atuação na MINUSTAH (2004 a 2017) e a boa impressão deixada pelo General Santos Cruz quando comandou MONUSCO entre 2013 e 2015.

Por meio desse trabalho será avaliada a real relação entre as diferentes agências na MONUSCO, sejam essas entidades civis ou militares, organizações governamentais ou não. Com os ensinamentos colhidos então, poderá ser aplicada em outras missões da ONU. E demonstrar então o que seria a hipótese deste trabalho: que melhorias podem ser feitas no adestramento conjunto dessas tropas, visando sempre o melhor cumprimento da missão. Essas melhorias devem ser feitas tendo por base as dificuldades levantadas pelas experiências de quem esteve na prática executando seu trabalho em concordância com outras entidades.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Levantar as principais dificuldades nas ações interagências ocorridas na MONUSCO e utilizar o conhecimento para verificar a necessidade de mudanças no adestramento das tropas brasileiras para futuras missões de paz da ONU do tipo "estabilização".

1.1.2 Objetivos específicos

Verificar se a comunicação é um problema para o cumprimento da missão nas ações interagências.

Analisar se a doutrina de atuação de cada agência ou órgão dificulta o cumprimento dos objetivos nas missões interagências.

Verificar como a forma de atuação das forças irregulares da RDC dificulta o cumprimento das missões interagências.

Verificar a necessidade de mudança no adestramento das tropas brasileiras para missões de "estabilização" da ONU.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SITUAÇÃO DO CONGO – ANTECEDENTES

O Congo foi declarado oficialmente colônia da Bélgica em 1908. A partir de então a Bélgica passou a explorar intensamente as jazidas de diamante, ouro e cobre. A administração do Congo dava prioridade em duas cidades: Leopoldville (a capital) e Katanga pois eram as províncias mais ricas da região, sendo Katanga a mais abundante em minérios. Preocupada apenas na extração de minérios, a administração belga negligenciou a união dos diferentes grupos presentes por meio de uma identidade nacional. A população era dividida em duas classes: uma civil e outra étnica. A administração não direcionou a população nativa a ocupar cargos públicos, e também, um número muito baixo de nativos tinha acesso a educação (DA ROSA, 2007).

Após a 2ª GM muitos países africanos conseguiram sua independência tardia e tiveram grandes problemas com a falta de estrutura. Os colonizadores, que eram em sua maioria grandes países europeus, eram quem provinham os meios necessários para o mantimento desses países africanos. Portanto esse surgimento de Estados-Nação foi um desafio para esses países que estavam deixando de ser colônia.

Durante a descolonização desses países, no processo de delimitação das fronteiras, as fronteiras étnicas-linguísticas não foram respeitadas. Dessa maneira, grupos de diferentes tipos foram colocados numa mesma nação tendo que interagir mesmo com culturas e crenças conflitantes. Além disso esses novos Estados formados recentemente encontraram dificuldades de se desvincular do idioma do colonizador e utilizar seu idioma próprio (VIZENTINI, 2003 apud DA ROSA, 2007, p.37).

Mesmo após a independência do Congo, a única força que a população podia contar era a força pública colonial, entretanto os cargos superiores eram preenchidos exclusivamente por oficiais belgas. Os congolese que se encontravam em postos menores não podiam aceitar tal desmerecimento após conseguir sua independência da Bélgica. Devido à reivindicação dos soldados congolese, o primeiro-ministro Patrice Lumumba sugeriu promover todos os soldados, porém não era suficiente para estes militares, que necessitavam de líderes no governo. Dessa maneira, para atender aos pedidos, Joseph Mobutu (contador-datilógrafo da força pública) foi nomeado coronel chefe do Estado-Maior. Os belgas, se aproveitando de um momento de instabilidade, iniciam em 9 de julho de 1960 um movimento de defesa à belgas na região da Katanga oriental, com suporte de recursos providos de Bruxelas. Em 9 de setembro,

tropas da ONU foram enviadas para encerrar o conflito. Decorrente do conflito, teve-se uma queda brutal na economia do país e grande instabilidade política, quando Patrice Lumumba foi deposto acusado de conspiração. Dessa maneira, aproveitando o momento de instabilidade, Mobutu neutraliza Joseph Kasa-Vubu e se auto-declara presidente da República. Dessa maneira, inicia-se a ditadura de Mobutu (MASONGELE, 2016).

Mobutu, em sua ditadura, elimina aos poucos todo resquício de democracia de governos anteriores. Desse modo, em 1970 ele acaba com todos os partidos existentes e cria um novo partido único chamado Movimento Popular da Rebelião (MPR), em que toda a população congoleza é membra e o próprio Mobutu é presidente. Logo após isso, como maneira de reafirmar seu poder, Mobutu muda o nome do país para Zaire e força os cidadãos mudarem seus nomes ocidentais para nomes verdadeiramente africanos. Em contexto de Guerra Fria, Mobutu não teve dificuldade de receber apoio de grandes potências como França, Alemanha, Estados Unidos, entre outros que viam o Zaire como um ponto de apoio na África Central quanto ao combate ao socialismo. Em 1977 o preço do cobre baixou levando uma grande queda na economia do Zaire e paralelamente a isso muitos líderes que não concordavam com as medidas de Mobutu foram mortos ou presos. Após o movimento da Anistia Internacional ter condenado seu governo por violação dos direitos humanos, 150 estudantes foram assassinados em manifestações contra seu governo em 1990. Em 1993, pressionado pela sociedade internacional, Mobutu convoca uma Conferência Nacional com o objetivo de propor medidas para um novo governo. Embora tenha demonstrado uma vontade de solucionar os problemas correntes no país, o ditador continuava a perseguir seus opositores seja por perseguições ou demissões, deixando claro para a sociedade que sua verdadeira intenção era sua permanência no poder (MASONGELE, 2016).

Em 1996 surge um novo grupo rebelde chamado Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo (AFDL) que tem como líder Laurent-Désiré Kabila. A tarefa da AFDL de depor Mobutu não foi difícil pois seu próprio exército se entregou e deixou os revoltistas tomarem as cidades de Goma e Bukavu, por onde se iniciou a ocupação do país. Pouco depois em 16 de maio de 1997, as tropas de Kabila atingiram Kinshasa e a partir de então se iniciou a ditadura de Laurent-Désiré Kabila. O novo presidente autodeclarado retoma o antigo nome do país: República Democrática do Congo, ao passo que extingue todos os partidos existentes no país. Descontentes com as ações do novo presidente, antigos membros da AFDL oriundos de Ruanda, Burundi e Uganda iniciam uma nova rebelião com o nome de “*Rassemblement Congolais pour La Démocratie et La Libération du Congo (RCD)*”. Em paralelo a esta, surge também o Movimento de Libertação Congolês (MLC), que inicia sua rebelião no leste do país.

Esses conflitos entre o governo congolês, forças da Uganda, Burundi e Ruanda foram muitos ofensivos para a população. Nesse período de caos houveram diversos casos de estupro, tanto de mulheres como de crianças, e pesquisas apontam cerca de 3,5 milhões de mortos nesse período, considerado o segundo maior genocídio pós 2º Guerra Mundial (MUNANGA, 2007 apud MASONGELE, 2016).

A República Democrática do Congo (RDC) é um país da África Central que possui a segunda maior extensão do continente africano, cerca de 84 milhões de habitantes, sendo o quarto país mais populoso do continente. É um dos países mais pobres do mundo, de acordo com um levantamento de 2013 que mostrou a RDC como o país com a segunda pior renda per capita do mundo, na frente apenas do Burundi. Também possui um dos piores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo com a posição de 176º de 188º.

A guerra civil na RDC já dura mais de vinte anos devido a instabilidades políticas que remontam ao tempo da colonização belga na RDC. Nessa guerra se inserem grupos rebeldes, forças regulares do país, forças regulares de países vizinhos e tropas da ONU. Devido a esses conflitos uma série de consequências negativas são refletidas na população civil como separação de famílias, saques, abusos, ferimentos e mortes violentas.

Além de toda a violência presente no país, há um grande problema com doenças como malária, sarampo, cólera e desnutrição. Foi levantado um número alarmante de 2758 pessoas, em sua maioria crianças, que morreram de sarampo na RDC de janeiro a agosto desse ano. Tentando diminuir esses índices, a Cruz Vermelha atua na região fazendo intervenções sanitárias e logísticas para garantir o mínimo de dignidade para essa população afetada.

2.2 MISSÃO DE PAZ

Para se compreender o que é uma missão de paz primeiro é necessário conhecer alguns tipos de missões. Segundo MD34-M-02 :

Diplomacia preventiva: compreende as atividades destinadas a prevenir o surgimento de disputas entre as partes, a evitar que as disputas existentes degenerem em conflitos armados. Contempla as diferentes modalidades de atuação mencionadas no capítulo VI da Carta das Nações Unidas (solução pacífica de controvérsias) e outras que venham a ser acordadas entre os interessados.

Promoção da paz: designa as ações diplomáticas posteriores ao início do conflito, para levar as partes litigantes a suspender as hostilidades e a negociarem. As ações de promoção da paz baseiam-se nos meios de solução pacífica de controvérsias previstos no capítulo VI da Carta das Nações Unidas, os quais podem incluir, em casos extremos, o isolamento diplomático e a imposição de sanções, adentrando então nas ações coercitivas previstas no capítulo VII da referida Carta.

Manutenção da paz: trata das atividades levadas a cabo no terreno, com o consentimento das partes em conflito, por militares, policiais e civis, para implementar ou monitorar a execução de arranjos relativos ao controle de conflitos (cessar-fogo, separação de forças etc.) e sua solução (acordos de paz abrangentes ou parciais), em complemento aos esforços políticos realizados para encontrar uma solução pacífica e duradoura para o conflito. A partir dos anos 1990, essas operações passaram a ser utilizadas, mormente, em disputas de natureza interna, caracterizadas, muitas vezes, por uma proliferação de atores ou pela falta de autoridade no local.

Imposição da paz: corresponde às ações adotadas ao abrigo do capítulo VII da Carta, incluindo o uso de força armada para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais em situações nas quais tenha sido identificada e reconhecida a existência de uma ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. Nesses casos, tem sido delegada às coalizões de países ou às organizações regionais e sub-regionais a execução, mas não a condução política, do Mandato de intervenção.

Consolidação da paz: refere-se às iniciativas voltadas para o tratamento dos efeitos do conflito, visando a fortalecer o processo de reconciliação por meio de implementação de projetos destinados a recompor as estruturas institucionais, a recuperar a infraestrutura física e a ajudar na retomada da atividade econômica. Essas ações, voltadas basicamente para o desenvolvimento econômico e social do país anfitrião, são empreendidas, preferencialmente, por outros órgãos das Nações Unidas, mas, dependendo das condições no terreno, podem requerer a atuação militar.

Entende-se missões de “estabilização” por um misto de missões de manutenção e imposição da paz, ou seja, que tem a legitimidade para fazer uso da força contra grupos hostis e ao mesmo tempo se necessário um trabalho de monitoramento de acordos já feitos (cessar-fogo, acordos de paz). No caso da RDC entre as missões de imposição destacam-se os embates contra forças irregulares como o M23 e patrulhas dentro da selva na busca por indícios de onde esses grupos tem se escondido. Já no viés da manutenção, destacam-se atividades de combate a doenças como ebóla e sarampo promovido por entidades como a Cruz Vermelha e médicos do programa Médicos Sem Fronteiras. Nessa análise superficial da MONUSCO percebe-se como essa é uma missão complexa com várias frentes diferentes, que exige a necessidade de profissionais de diferentes áreas e uma boa coordenação entre as agências.

Houveram antes da missão analisada nesse trabalho (MONUSCO) duas missões da ONU na RDC que devem ser analisadas para se compreender o histórico de necessidades desse país e os objetivos dessas missões anteriores. Após a independência tardia da RDC grupos que já tinham interesses nos recursos naturais da região aproveitaram o momento de desproteção provinda da Bélgica (colonizadora do Congo) para fustigar as forças nacionais restantes. Internamente o país se apresentava também desmantelado e após o assassinato de Lumumba em janeiro de 1961, ficou na eminência de uma guerra civil. Devido a situação que se encontrava, de julho de 1960 até junho de 1964, foi aberta a ONUC (Missão das Nações Unidas no Congo) com o objetivo de manter a integridade nacional e prevenir uma futura guerra civil. Neste momento de grande instabilidade, a missão chegou a ter 19.828 militares e civis

participantes, incluindo brasileiros. Embates entre mercenários e tropas legais do Congo, protestos civis e tentativa de desanexação de Katanga era o quadro que os participantes da missão tiveram que lidar. A ONUC então teve a missão de reintegrar a província de Katanga ao estado congolês e incentivar a criação de um Parlamento, promovendo uma estabilidade no país. Após a consolidação das forças militares a missão então foi encerrada com um legado de estabilidade nacional (LEMOS, 2019).

Em 1999 surgiu uma nova missão da ONU com o nome de MONUC (Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo) que tinha como principal objetivo validar o Acordo de cessar-fogo de Lusaka que dizia o seguinte:

O Acordo de Lusaka entre os países de Angola, República Democrática do Congo (RDC), Namíbia, Uganda, Ruanda e Zimbábue, procura pôr um fim às hostilidades no território da RDC. Aborda várias questões, incluindo a cessação de hostilidades, o estabelecimento de uma Comissão Militar Conjunta (JMC), composta por representantes dos beligerantes, retirada de grupos estrangeiros, desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes, libertação de prisioneiros e reféns, restabelecimento de administração governamental e a seleção de um mediador para facilitar um diálogo intercongolês com tudo incluído. O acordo também pede o envio de uma força de manutenção da paz da ONU para monitorar o cessar-fogo, investigar violações com o JMC e desarmar, desmilitarizar e reintegrar grupos armados (ONU, 1999, online).

A MONUC então teve a missão de conter os confrontos entre Namíbia, Ruanda, Uganda, Zâmbia, Zimbábue, Angola, e ainda, mais de 20 grupos armados num conflito que se iniciou no Genocídio de Ruanda em 1994. Após as tropas de Kabila deporem Mobutu e assumirem o comando do país, a MONUC foi a responsável por auxiliar as negociações do Novo Acordo Global e Todo-Inclusivo de Paz, afirmados em 2002. Também teve fundamental importância na colaboração do programa Desarmamento, Desmobilização, e Reintegração de Combatentes (DDR) que teve como intuito incorporar parcelas de insurgentes dos conflitos na sociedade congolês, como uma forma de representatividade da classe civil (LEMOS, 2019).

Após então 10 anos de implementação da MONUC, percebeu-se a necessidade de criar uma nova missão com objetivos atualizados para o contexto que a RDC se encontrava. Dessa maneira, no final de 2000, foi criada a MONUSCO (Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo). Entre seus objetivos principais estão: proteção de civis, de pessoal, dos direitos humanos e auxiliar o governo da RDC para consolidar a paz no país. Como característica inédita na MONUSCO, foi validado o uso de operações militares ofensivas para combates a grupos armados (BRASIL, 2019c).

Segundo Mafra (2019), a MONUSCO, no final de 2012, estava sendo contestada por sua ineficiência face às ameaças dos grupos armados, pois esta se apresentava apática frente as hostilidades e não possuía nenhuma força militar capaz de fazer frente às ameaças presentes na RDC. Dessa maneira, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) decretou que a MONUSCO deveria ser reforçada com um novo componente militar: a Brigada de Intervenção (FIB). A Brigada é composta por três batalhões de infantaria, uma bateria de artilharia e uma companhia de forças especiais e reconhecimento.

2.3 COMBATE IRREGULAR

Guerra irregular é todo combate conduzido por uma tropa que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica. É a guerra travada por uma força não regular (VISACRO, 2009).

A definição de guerra não convencional evoluiu com o tempo. No contexto clássico, em operações secretas no inimigo - apresado ou em território dominado - era definida geralmente, de guerrilha. A primeira definição oficial aos aspectos desta guerra apareceu em 1950 como “guerra de guerrilha”. A guerra irregular: é a “guerra das sombras”. Ao contrário do assalto vigoroso, na variedade de não menos perigosas alfinetadas ou do “toca e foge”: ao invés da superioridade de armas - e, em consequência, do poder de fogo, no sentido mais amplo - existe a superioridade do movimento cujo inimigo não tem condições de correr atrás (LEAL, F.D, 2011).

No caso africano, há uma dificuldade muito grande de combater essas forças irregulares pois é uma região de matas muito densas e região com alto índice pluviométrico o que dificulta o deslocamento das tropas regulares e favorece a dissimulação do inimigo em região matosa. Além disso, como prática comum dessas tropas, o saque a vilarejos é facilitada pois a maioria dessas vilas se localizam na região periférica das cidades. As condições sanitárias também são um problema para as forças regulares pois o continente africano quase que em totalidade possui altos índices de doenças como malária, febre amarela, cólera e a febre do carrapato o que acaba requerendo um alta flexibilidade e adaptação por parte das tropas regulares (Alexander, 2009; 56-57).

No contexto da RDC se apresentam situações muito delicadas relacionadas ao tipo de inimigo que as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) e tropas especiais da ONU enfrentam além de atuarem de uma maneira não convencional. Como uma primeira dessas características dos grupos rebeldes da RDC está a violência excessiva que utilizam contra civis. Tal violência é evidenciada em pesquisa da revista médica *American*

Journal of Public Health de 2011 que aproxima 48 mulheres estupradas por dia no Congo. A dificuldade de combater esses grupos armados se encontra no receio do estado de esses grupos rechaçarem civis como maneira de retaliação. Por isso, tudo deve ser feito com muita cautela por parte das FARDC, levando em conta os massacres, estupros e violações do direito humano praticados por esses rebeldes em um momento de retaliação nas tribos por onde esses meliantes passam.

Em entrevista pela Gauchazh com o General de Divisão Elias, quem comandou a missão da Monusco entre maio de 2018 a dezembro de 2019, quando perguntado que tipo de guerra este enfrentava o general então deu a seguinte resposta: “É assimétrica, no meio do povo, com os grupos armados se misturando à população, tornando-se, para nós, muito difícil a identificação”. E ainda complementou com relação aos interesses dos grupos: “Esses grupos não têm por objetivo conquistar ou manter áreas. Querem controlar o comércio das riquezas para se manter vivos e também se impor diante da população a partir de ações cruéis”. Foi dito também que esses grupos faziam ataques a vilarejos e áreas de mineração sem objetivos claros.

Um desses grupos armados que mais preocupam o Estado Congolês é a Força Democrática para Libertação de Ruanda (FDLR). Esse é um grupo armado atuante do leste da RDC que diferente de outros grupos armados do Congo tem inspirações de posse de terras que eles acreditam ser suas por direito divino, as chamadas “terras prometidas”. A base para esse grupo é o catolicismo onde um dos líderes usa o codinome de “arcebispo”. Os rebeldes ainda possuem um livro chamado de “profecia”. Esse livro guia as ações dos rebeldes e sabe-se também que uma das pregações diz que aqueles que abandonam a causa da FDRL irão para o inferno. É comum ainda encontrar esses combatentes irregulares com terços pendurados no pescoço. O extremismo do grupo é uma dificuldade para as tropas da ONU, e esta tenta, a todo custo, que os rebeldes se rendam. Até mesmo a Igreja tenta entrar em contato com os combatentes da FDLR, tentando convencer estes a entregar suas armas e voltar para seu país de origem (SCHLINDWEIN, 2015).

2.4 OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS

Segundo o MD33-M-12, as operações interagências são as relações das Forças Armadas com outras agências com o intuito de cumprir as missões que são de responsabilidade de ambas as partes, sem dualidade de ações, gasto de recursos por incompetência ou a discordância de resultados.

As sociedades nacionais passaram a entender que a solução dos conflitos deixou de ser uma atribuição “exclusiva” de governos e Forças de Defesa. Novos atores –

estatais e não estatais – passaram a demandar participação na tomada de decisão em momentos de crise, buscando soluções que estivessem mais adequadas às suas visões sobre cada problema nacional específico (FILHO, J.O.S. 2013, p. 30-31).

Configurou-se, assim, um tipo de ambiente de certa forma inédito na história da humanidade, no qual vários órgãos governamentais, Forças Militares e representantes de distintos segmentos da sociedade passaram a interagir com maior frequência em momentos de crise ou em fases importantes da vida nacional. A esse “novo ambiente” convencionou-se chamar de “ambiente interagências” (FILHO, J.O.S. 2013, p. 30-31).

As missões que envolvem a ONU primeiro são acertadas politicamente quando o Ministério das Relações Exteriores coordena com o Conselheiro Militar, representando o Departamento de Operações de Paz (DPKO), e com o Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) (BRASIL, 2017).

As ações interagências tem características específicas que justificam seu emprego. De maneira inicial pode-se levantar que para missões mais complexas como exemplo as missões da ONU de manutenção da paz que requer uma gama de especialidades devido à quantidade de atividades distintas a serem realizadas, não podem ser executadas por apenas uma instituição. Na RDC em conjunto com as tropas da MONUSCO, que fica responsável em sua maioria a área da segurança, há também o Médicos Sem Fronteiras que tem a missão de promover auxílio médico no combate as doenças da região e atendimento médico aos enfermos. Além dessas duas organizações, existem diversas outras cada uma com sua função específica. Apesar de cada uma ter sua missão específica, muitas vezes, uma precisa dos meios e apoio logístico da outra para cumprir sua missão da melhor maneira possível. Nesse sentido, as coordenações devem ser muito bem feitas, de maneira que não haja falha de comunicação, que uma agência não impossibilite o cumprimento de missão da outra. Seguindo nessa linha de pensamento para uma boa comunicação, principalmente entre os gestores do projeto, é necessário que o uso da língua, independente qual seja, tenha seus aspectos de compreensão auditiva, expressão oral e expressão escrita em um bom nível que possa promover uma comunicação sem lacunas.

Uma segunda característica das ações interagências, que na verdade é uma consequência indireta do seu próprio funcionamento, é a fiscalização mútua entre órgãos que estão a realizar uma atividade em cooperação. Dessa maneira, essas entidades, mesmo que se apresentem em um mesmo nível hierárquico, cobram umas das outras que tudo que foi planejado com os gestores de cada agência atentando para que tudo que havia sido planejado seja cumprido de maneira minuciosa. Essa fiscalização é necessária pois, caso uma das agências não cumpra o planejado, as outras que estão trabalhando no mesmo projeto terão de dispender tempo e meios para suprir aquele déficit. Além disso, todas as agências tem responsabilidades quanto ao

cumprimento da missão, dessa maneira, todas se empenham ao máximo para que tudo siga como planejado anteriormente.

Nas missões de paz da ONU, além das forças militares, as organizações não governamentais (ONG) e empresas privadas são de extrema importância para a boa execução da missão tanto para fins logísticos quanto para ajudas humanitárias. Dessa maneira, o Ministério da Defesa, por meio do MD33-M-12, faz alguns levantamentos importantes para o trabalho sobre a participação desses grupos em missões de paz. Geralmente as ONGs já se apresentam no cenário do conflito antes mesmos das forças militares chegarem e, muitas vezes, somente saem da região após anos, quando percebem que o Estado tem condições de se sustentar com seus próprios recursos. Não possui tamanho mínimo para atuar numa missão de paz, dessa maneira as ONG podem ser grandes ou pequenas, podem ter grandes recursos ou não e podem possuir experiência ou serem novas. Entre as principais atividades que as ONG e empresas realizam se destacam: trabalhos educacionais, projetos técnicos, assistência a refugiados, políticas públicas e programas de desenvolvimento.

A troca de informações entre as forças militares e as ONGs é natural devido ao contato no região de interesse. Decorrente disso, percebe-se duas linhas de ação das ONGs. Na primeira, as Organizações não governamentais aceitam o auxílio militar das tropas, utilizando seus meios. Entre eles, se utiliza, principalmente, helicópteros para o transporte de suprimentos. Na segunda linha de ação, as ONGs agem de maneira autônoma com o intuito de não comprometer sua relação com a população local ou, muitas vezes, outras agem dessa maneira por simples temor de atrapalhar as operações militares (BRASIL, 2017).

Quanto ao adestramento, o MD33-M-12, diz que exercícios de ensaio e sincronização com agências, elementos do Ministério da Defesa e outras entidades envolvidas numa operação são importantes ferramentas para identificar falhas de planejamento, de conotação política, entre outros aspectos importantes. Também é levantado que em ambos os níveis, estratégicos e operacionais, devem estar presentes os elementos civis realizando suas atividades normais. Com empresas privadas, ONGs e agências da ONU é possível incrementar o interoperabilidade, independentemente das diferentes formas de atuação de cada uma dessas entidades.

2.5 FARDC E PNC

Outra análise muito importante para esse trabalho é sobre as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC). A organização surgiu em 2003 com partes de

militares de diversos governos, e também de para-militares. A realidade da FARDC não é boa: contam com pouca tecnologia nos seus meios e também atrasos no pagamento dos militares são constantes. Os níveis de instrução dos militares é muito baixa, sabendo-se também que muitos componentes da FARDC faziam parte de milícias e grupos rebeldes. Todos esses problemas estruturais implicam na violação dos Direitos Humanos quando essa tropa foi empregada. Em diversas atuações da FARDC foram cometidos estupros e assassinatos arbitrários de civis. A instituição de defesa nacional também possuem parte dos rendimentos das minerações que correspondem a alta porcentagem do PIB da RDC. E faz isso recolhendo parte dos rendimentos dos trabalhadores (VAZENLOZA, 2013).

A Polícia Nacional Congoleza (PNC) assim como a FARDC possui graves falhas estruturais e de formação com seus agentes. Foi fundada em 2002, com a junção da Força Pública, da Guarda Civil, da Polícia Urbana e de ex-membros de grupos rebeldes. Muitos dos seus membros são órfãos de guerra e mulheres que tiveram seus parceiros mortos. Um dos maiores problemas está na falta de preparo dos seus integrantes, sendo que não se tem uma doutrina e uma maneira sistematizada de ensino das técnicas necessárias que um policial precisa para saber como agir com a população civil. A PNC também não consegue abranger suas áreas de vigilância tendo em vista seu pequeno efetivo e a característica da RDC de possuir muitas áreas rurais (VAZENLOZA, 2013).

3 LEVANTAMENTO DE CAMPO

Foram distribuídos, durante a confecção deste trabalho, questionários com perguntas de suma importância para que as hipóteses fossem respondidas à contento, dessa maneira, se baseando em experiências de dois militares que serviram na MONUSCO. A primeira contribuição é referente as respostas do General de Divisão Elias Rodrigues Martins Filho, quem comandou a MONUSCO durante maio de 2018 a outubro de 2019. O segundo militar que contribuiu para este trabalho é o Tenente-coronel Adelmo de Sousa Carvalho Filho, quem foi nomeado para ser o chefe da equipe, que conta com mais 12 militares especialistas em guerra na selva. Esses 13 militares provindos do Centro de Instrução de Guerra na Selva foram integrados à FIB, com o objetivo de combater grupos armados que atuam no ambiente de selva.

3.1 GENERAL ELIAS

O primeiro bloco de respostas são de autoria do General Elias. Na primeira pergunta que se refere à atuação dos grupos rebeldes e como afeta as tropas da MONUSCO no contexto interagência, foi respondido da seguinte maneira:

“No contexto de uma operação de paz, o conceito de operações brasileiro interagências pode ser aplicado a partir da constatação de que o cumprimento do mandato não se dá apenas com a Força de Paz – composta por militares -, mas também as forças policiais das Nações Unidas (aqui representadas pelos observadores e as unidades policiais, as *Formed Police Units*), com as forças militares e policiais do País-anfitrião e, muitas vezes em coordenação com áreas civis da Missão de Paz (como a Unidade de Proteção de civis, JMAC etc) e ainda com outras agências, sejam elas da própria Organização, sejam agências humanitárias, sejam ainda ONGs.

Os grupos armados que atuam ilegalmente na RDC são estimados em números que variam entre 160 e 200, dependendo do analista e do momento vivido no País. O modus operandi, os objetivos e a motivação variam. Mas o fato é que, hoje, a despeito do progresso na neutralização de alguns, ainda há um número considerável de grupos armados (ou rebeldes) que ameaçam a população, estando estes em sua quase totalidade concentrados na faixa leste do País, fronteira com Uganda, Ruanda e Burundi. Há também que se notar uma boa parte desses grupo tem origem nos países vizinhos da RDC, tendo sido criados para combaterem os governos de seus países de origem. Mas o fato é que alguns desses grupos se utilizam de grande violência

em suas ações contra a população civil (grupos étnicos rivais) e que são muito bem armados, sob a liderança de antigos militares, utilizando-se de técnicas de guerrilha etc.

Em algumas áreas. É situação de combate, a despeito de a Missão ser uma Peacekeeping Mission. O Mandato estabelece que a Missão de Paz deve proteger a população civil devendo contribuir com a neutralização de grupos armados e, para isso, devem combater. Daí a razão principal de se ter desdobrado pela primeira vez, uma Brigada de Intervenção numa PKO. A MONUSCO conduz uma operação bastante complexa e multidimensional e isso exige medidas inovadoras; o trabalho deve ser integrado; outras áreas devem ser empregadas para ser efetiva no cumprimento do Mandato.

Logo, e essa foi uma dificuldade que eu tive pessoalmente, é necessário sensibilizar o Governo local, outras áreas da Missão de Paz e demais agências das Nações Unidas sobre o que é necessário realizar para realmente proteger os civis. A prevenção é a melhor estratégia, mas para isto é fundamental que todos os integrantes das Nações Unidas, suas agências e outras estejam empenhadas em passar as informações e trabalhar junto para efetivamente proteger crianças, mulheres e civis. É importante também entender que a proteção não é fruto apenas da ação militar: uma antena numa comunidade remota; um projeto de iluminação solar; uma ponte, todos esses são exemplos de trabalhos interagências que ao final contribuirão para a proteção de civis. A força combate, desdobra preventivamente etc, mas serão outros órgão que, por exemplo, sensibilizarão as comunidades sobre a necessidade de cooperarem com as instituições e forças legais e de não colaborarem com os grupos armados”.

Sobre as questões de diferenças de doutrinas das agências e como isso afeta o cumprimento da missão, foi respondido o seguinte:

“Parcialmente já respondida acima, é importante destacar que essas agências são integradas, em sua larga maioria por civis. Alguns destes, individualmente ou como organização, têm verdadeira repulsa ao fato de se subordinarem a uma coordenação militar o quê, segundo eles, compromete, ou pode comprometer, seus princípios de atuação e a propalada imparcialidade. Assim é que, durante o surto do Ebola uma grande quantidade de agências humanitárias foi deslocada para a Região de Beni (Kivu do Norte, RDC), epicentro do surto. E eis que, tendo em vis ameaças de ataque de grupo armados, a Força de Paz deslocou grandes efetivos para protegê-los, conforme solicitado pela própria OMS. Mas algumas organizações recusaram a presença militar pois, segundo eles, não podem ser identificados como próximos aos militares. Ao final, ocorreu como planejei, mas não teve início fácil.

Assim, é também necessário à Força de Paz, e aos militares, sensibilidade para entender

o objeto da operação e, em alguns casos, deixar o protagonismo e a coordenação (sem subordinação), a cargos de outra agência. Por exemplo: quando fomos chamados a prover segurança a uma operação de resgate de crianças-soldados, resgate este negociado entre a Unidade de Proteção e o grupo armado, provemos a segurança, escoltamos, mas a condução do processo coube à estrutura civil e agências pertinentes. Como é fácil concluir, a Força de Paz não pode negociar, confraternizar com líderes de grupos armados.

Respondendo diretamente, o entendimento das peculiaridades de todos os atores envolvidos no processo e do objetivo aonde se deseja chegar são fundamentais para a efetividade da missão. Assim, conhecer, entender como operam e respeitar os papéis e importância de cada um dos atores são fundamentais para o bom termo da missão”.

Na terceira pergunta sobre como a comunicação atinge o planejamento e execução das missões da MONUSCO, foi dada a seguinte resposta:

“Bem, por comunicação entendem-se dois aspectos distintos: o primeiro, questões relativas aos diferentes idiomas da área: inglês, francês, swahili (língua local). Esta dificuldade é parcialmente resolvida pelo desdobramento de Assessores de Idioma (Language Assistants por base operacional). Lembrar que, para esta comunicação ser efetiva há que se entender as peculiaridades de cada grupo étnico (são mais de 340 grupos étnicos no País).

O segundo aspecto diz respeito à comunicação com a população, Governo e comunidade internacional com vistas a explicar o Mandato, as ações desencadeadas e a necessária cooperação de todos no tocante ao cumprimento do Mandato.

A despeito de todos os instrumentos, a comunicação ainda é bastante deficiente. E não tem contribuído para o trabalho interagências no tocante ao cumprimento do Mandato”.

A última pergunta que foi sobre a necessidade de incremento no adestramento para o melhor cumprimento das ações interagências nas “missões de estabilização” foi respondido como se segue:

“Sim, o próprio Mandato de Proteção de Civis já requer uma preparação e um treinamento específico para adaptar as tropas aos diferentes ambientes na RDC, considerando-se os grupos armados e os grupos étnicos. É importante que as forças militares entendam o papel de todas as agências, que trabalhar buscando a integração dos diversos componentes da operação de paz – civil, militar e policial – é a melhor forma de trabalhar para o cumprimento do Mandato”.

3.2 CORONEL ADELMO

O segundo bloco de respostas são de autoria do Tenente-coronel Adelmo. Na primeira pergunta que se refere à atuação dos grupos rebeldes e como afeta as tropas da MONUSCO no contexto interagência, foi respondido da seguinte maneira:

“Estima-se que exista mais de 200 (duzentos) diferentes grupos armados atuando na RDC (República Democrática do Congo). Cada um deles possui seus próprios interesses e, por vezes, diferentes *modus operandi*. As Brigadas e agências tem desafios diferentes decorrentes de qual grupos armados está presente na sua Zona de Ação. Portanto, não existe uma atuação uniforme dos grupos rebeldes que possam comprometer a atuação das tropas da MONUSCO no que diz respeito as operações interagências como um todo”.

Sobre as questões de diferenças de doutrinas das agências e como isso afeta o cumprimento da missão, foi respondido o seguinte:

“As diferenças de doutrinas de atuação dos diversos órgãos e agências presentes na Monusco é algo que tem que ser tratado com parte do cotidiano. Entretanto, as Nações Unidas possuem padronizações de procedimentos – *SOP (Standard Operational Procedures)* – que devem ser seguidos por todos pertencentes à MONUSCO. No que tange à parte militar, existe ainda uma padronização de planejamento – *UNMPP (United Nation Military Planing Process)* – como forma de simplificar e facilitar o planejamento em âmbito multinacional. Relativo as demais agências que não fazem parte da MONUSCO mas estão presentes na RDCongo, elas possuem suas normas e métodos, contudo, quando necessário, ligações, reuniões e coordenações são realizadas visando atender os objetivos comuns”.

Na terceira pergunta sobre como a comunicação atinge o planejamento e execução das missões da MONUSCO, foi dada a seguinte resposta:

“Os 2 (dois) idiomas mais utilizados aqui na missão são o inglês e o francês, ambos idiomas oficiais das Nações Unidas. O emprego de um idioma em maior frequência que outro depende das diversas funções que são ocupadas dentro da missão. Nesse sentido, a pessoa quando é designada para determinado posto ou função, deve cumprir requisitos básicos de comunicação no idioma solicitado, portanto, o pessoal que é enviado para a Área de Operações deve preencher os requisitos mínimos para a função que vai desempenhar. Existem ainda a presença dos LA (language assistance) como uma forma de facilitar a comunicação das tropas e agências com a população local, uma vez que na RDC estima-se a presença de mais de 300

grupos étnicos falando mais de 200 dialetos”.

A última pergunta que foi sobre a necessidade de incremento no adestramento para o melhor cumprimento das ações interagências nas “missões de estabilização” foi respondido como se segue:

“A missão é regida pelo seu mandato, estando as fases e metas bem definidas. Dessa forma, basta executar o previsto no mandato, que é anualmente revisado, para atender, nas melhores condições, a missão estabelecida”.

4 REFERENCIAL METODOLÓGICO

4.1 TIPO DE PESQUISA

Foi feita uma pesquisa descritiva tendo em vista a necessidade de comparar os dados levantados e fazer uma análise sobre o problema. Teve um viés qualitativo já que o importante é o teor da informação e não se ela se insere em um grupo estatístico, portanto os fatos foram analisados individualmente tendo todos a mesma relevância para o projeto.

Foram realizadas pesquisas documentais e revisões bibliográficas, bem como entrevistas com ex participantes de missões de paz com o intuito de coletar suas experiências nas ações interagências. Para essas pesquisas foram utilizadas fontes como jornais virtuais, seminários, livros, questionários, manuais, revistas, noticiários e trabalhos acadêmicos. A pesquisa foi feita com o intuito de acumular argumentos e base teórica para responder os questionamentos dos objetivos específicos.

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, focando o conteúdo das informações coletadas e se desprezando repetições de fenômenos.

4.2 MÉTODOS

O método utilizado neste trabalho foi o hipotético-dedutivo que consiste no método de procura da solução de um problema, por meio de tentativas e eliminação de erros. No caso do seguinte trabalho nosso problema estava em levantar as principais dificuldades das ações interagências nas missões da ONU e verificar a necessidade de mudança no adestramento de tropas brasileiras para as missões da ONU. Durante o trabalho essas hipóteses foram submetidas a testes que foram a análise de dados coletados, após esse passo será verificado se as hipóteses são verdadeiras ou falsas.

4.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Existem diversos instrumentos de pesquisa para se levantar dados importantes à pesquisa. Desse maneira, escolheu-se alguns que se julgaram mais importantes para este trabalho, sejam eles: a revisão e fichamento bibliográficos levantando o conhecimento já existente no assunto,

a análise documental e a aplicação de questionários coletando experiências de ex integrantes da MONUSCO baseando-se num roteiro bem definido.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de responder os questionamentos provindos dos objetivos específicos, durante a construção do referencial teórico, foram colocados de maneira selecionada tópicos de intervenções de grandes estudiosos dos assuntos abordados nesse trabalho, assim como manuais que formalizam a atuação de agências em trabalhos interagências. Nessa fase do trabalho então, será feita a análise de cada hipótese levantada nos objetivos específicos que serão validados ou não com o montado referencial teórico e os anexos. Algumas perguntas podem ser respondidas com as informações coletadas; porém, sobre outras, não se apresentam informações suficientes para serem afirmadas. É importante salientar que a base das respostas dessa fase do trabalho foram tiradas do levantamento de campo onde foi possível objetivamente encaixar as respostas aos objetivos específicos. Também é importante salientar que para esse trabalho o referencial teórico serve apenas de base para um entendimento geral do assunto, não sendo suficiente para responder aos questionamentos que este projeto se propõe. Dessa maneira, sendo respondido ou não, o questionamento fica em aberto para quem tiver a curiosidade de pesquisar e, se possível, criar doutrina para o assunto que circunda este trabalho.

A comunicação em qualquer interação é de suma importância para que os objetos de quem esteja interagindo sejam conquistados sem grandes dificuldades. Na MONUSCO não é diferente, para o cumprimento das tarefas da missão de paz é necessário que os agentes consigam se comunicar tanto entre eles quanto com as diferentes tribos da RDC.

De acordo com o que foi explicado pelo tenente-coronel Adelmo em sua resposta do questionário, é certo que na RDC existam mais de 200 dialetos falados em mais de 300 tribos diferentes. O que poderia ser um problema para os atores da missão, na verdade não é, pois, durante as interações com as populações civis na RDC, a ONU se utiliza de tradutores que tem a capacidade de prover uma comunicação segura e confiável de toda a conversação, são os chamados *language assistances*.

Com a contribuição do General Elias entende-se que na comunicação interna dos agentes da MONUSCO também não se apresentam dificuldades pois para fazer parte da missão os militares e civis necessitam cumprir requisitos básicos tanto no inglês quanto no francês, que são idiomas oficiais da ONU. Porém quando esta comunicação se refere a comunidade internacional, população e Governo para que o Mandato seja cumprido, o General Elias diz ser deficiente e que prejudica o trabalho interagências.

A MONUSCO é uma das maiores missões da ONU tanto em efetivo quanto em

abrangência territorial. Além do seu efetivo de tropas militares, existem muitos órgãos e agências que são de grande importância para que se atinja todos os pontos de fragilidade da RDC. Porém com tantos entes, fica muito difícil padronizar os procedimentos adotados para se atingir o máximo de eficiência e eficácia sem que haja dualidade de informações.

Tendo como base a resposta do tenente-coronel Adelmo entende-se que as diferentes formas de atuação das agências deve ser encarada com naturalidade e que existem instrumentos que padronizam a maneira de atuação dos órgãos. Entre esses documentos se encontram o *SOP (Standard Operational Procedures)* e o *UNMPP (United Nation Military Planing Process)*, ferramentas que norteiam os procedimentos dos entes pertencentes a MONUSCO e a forma de atuação militar, respectivamente.

Apesar disso, percebe-se pela análise da bibliografia sobre FARDC e PNC que é necessário se aprimorar a atuação conjunta dessas duas forças militares pois existe ainda falta de coesão entre essas instituições muito pautadas na falta de estrutura do país que reflete diretamente em seus componentes militares.

Tópico importante, levantado pelo General Elias em sua resposta do questionário, é que deve-se atentar para as condições exigidas pelas agências, geralmente essas exigências se referem ao não protagonismo da força militar nas operações, o que prejudica a imagem das agências civis perante a população.

É certo que as forças da MONUSCO enfrentam grandes desafios no combate dos mais de 200 grupos armados atuante na RDC. Nessa parte do trabalho, fazemos uma análise da forma de atuação dos grupos armados e das dificuldades para se enfrentar esses grupos.

Foi exposto no tópico 2.3, sobre atuação dos grupos na RDC, que além da grande extensão territorial da RDC, sua vegetação matosa é um problema para as tropas da MONUSCO combaterem esses grupos, que ficam limitadas quanto a identificação da localização do inimigo e a locomoção entre mata. Além disso, levantou-se que muitos desses rebeldes agem de maneira violenta: saqueando vilarejos, estuprando mulheres e ainda recrutando crianças para fazer parte de seu “exército”. Por isso as tropas da ONU precisam atuar com muito cuidado para que sua investida não reverbere nas tribos de populações civis, principalmente as que se localizam em áreas periféricas aos centros.

Percebe-se pela análise da bibliografia e pela contribuição do tenente-coronel Adelmo que a forma de atuação cruel de alguns grupos e as diferentes motivações desses grupos gera uma dificuldade para se adequar a forma de atuação de maneira uniforme. Dessa maneira a ONU deve se adequar para o enfrentamento de cada grupo especificamente. E também pela falta de dados não se pode mensurar em que nível essa dificuldade de enfrentamento prejudica

o cumprimento das missões da MONUSCO.

É importante também destacar a ideia apresentada pelo General Elias de que além da força militar (que atua em sua maioria em questões preventivas), as agências tem um papel fundamental na sensibilização das comunidades da importância de cooperar com as forças legais presentes no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se mostra importante por ser uma ferramenta de análise das dificuldades das missões interagências na RDC, podendo ser difundidas para outras missões de estabilização da ONU. Dessa maneira, já sabendo onde estão as dificuldades, facilita o lado do planejamento e execução da tarefa, no âmbito interagências.

Respondendo o objetivo geral desse trabalho é possível dizer que foi feita a análise das dificuldades previamente levantadas e que algumas se confirmaram como um problema, porém outras foram observadas como naturais.

Sobre a comunicação como uma dificuldade, foi provado que essa hipótese não é verdadeira pois há a necessidade da habilitação em língua inglesa e francesa para fazer parte da missão. De outra maneira também, existem os *language assistance* que auxiliam na comunicação da tropa com a comunidade.

Quanto a diferença de doutrina entre os entes da MONUSCO, entende-se normal essas diferenças e que não atingem a eficiência dos trabalhos, pelo contrário pode agregar muito para a missão. Conseguem-se isso devido a, basicamente, dois documentos que norteiam a forma de atuação das agências: *SOP (Standard Operational Procedures)* e o *UNMPP (United Nation Military Planing Process)*.

Quanto a atuação dos grupos armados percebe-se, pelas análises feitas, que realmente as diferentes formas de atuação dos rebeldes é uma dificuldade para a MONUSCO. Uma das maiores dificuldades do combate a esses grupos está no fato de que cada grupo possui motivações diferentes. Além disso o uso de violência excessivo, que acaba reverberando em comunidades mais periféricas, atrapalha a plena atuação das tropas legais.

Sobre a necessidade de incremento no adestramento das agências, mesmo com a contribuição do general Elias e do coronel Adelmo não foi possível chegar a uma conclusão devido a falta de informações sobre esse tópico. Também, pela análise do fichamento e revisão bibliográfica, não foi possível chegar a uma conclusão devido a falta de informações.

Importante, antes de discorrer sobre a hipótese, retomar ela que dizia o seguinte: melhorias poderiam ser feitas no adestramento conjunto dessas tropas, visando o melhor cumprimento das ações interagências. De acordo com as análises feitas nesse trabalho não é possível chegar a uma conclusão concreta devido a falta de embasamento. Apesar de existirem normas que norteiam a interação das agências com tropas da ONU, não se concluiu que estas normas são suficientes para não haver necessidade de melhorias. Também, apesar de saber que é necessário atuar de maneira específica para cada ambiente da RDC, não se sabe em que nível

as tropas legais conseguem atuar com esse grau de especialidade. Portanto não se pode concluir que a hipótese está correta.

Por se tratar de um tema pouco abordado, este trabalho apresentou dificuldades na pesquisa da revisão bibliográfica e também muitos questionários não foram respondidos a tempo, com a limitação da MONUSCO ser uma missão com um histórico de poucos brasileiros.

Se por um lado algumas hipóteses foram provadas, por outro, não foi possível chegar a uma conclusão pela falta de bibliografias sobre o assunto. Dessa maneira então é importante que seja influenciada a confecção de relatórios dos ensinamentos colhidos após operações da MONUSCO que envolvam ações interagências que é o foco do presente trabalho.

Por último, visando a melhor eficiência e eficácia das ações interagências, é importante que a busca pelo conhecimento referente as operações interagência sejam influenciadas pelo Governo principalmente através do Ministério da Defesa, de maneira que sejam coordenados adestramentos, simpósios e palestras referentes ao assunto.

Devido à grande relevância desse tema, sugere-se que seja feito um novo trabalho, apoiado em novas fontes com enfoque na tentativa de responder se são necessárias melhorias no adestramento das operações interagências. Sendo essas novas fontes tanto outros oficiais que já participaram da MONUSCO, quanto o pessoal capacitado do CCOPAB.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Victor T. **A República Democrática do Congo e os conflitos na região dos grandes lagos**. Neari em Revista, v. 3, n.4, fev. 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD33-M-12 Operações Interagências**. 2. Ed. 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD34-M-02 Operações de paz**. 3. Ed. 2013.
- CARLAN, C. U. **Guerra irregular**. História: Questões e debates, p. 291-96. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2011.
- Exército. Comando de Operações Terrestres. **Missão de Paz Individual**. Disponível em: < <http://www.coter.eb.mil.br/index.php/missao-individual-divmispaz> > Acesso em: 15 abr. 2020.
- FILHO, J.O.S. **As operações militares no ambiente interagências**. Doutrina Militar Terrestre em Revista, 2013.
- FILHO, João B. B. L. **Operações de manutenção da paz da ONU: a eficácia do emprego dos contingentes de tropas no Timor Leste, na República Democrática do Congo e no Haiti**. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- JÚNIOR, Alberto D. M. **A perspectiva de participação de tropa brasileira na MONUSCO: oportunidades x riscos**. 2019. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Ciências Militares, com ênfase em defesa nacional) – Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
- LEAL, F.D. **A Guerra Irregular - A Conspiração do Silêncio no século XXI?** Revista Militar N.º 2515/2516 – Agosto/Setembro. 2011.
- LEMOS, Daniel R. **A criação e emprego da Brigada de Intervenção da MONUSCO na República Democrática do Congo: vencendo a síndrome do capítulo VI**. 2019. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Ciências Militares, com ênfase em defesa nacional) – Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
- LOPES, Rodrigo. General que comanda tropas da ONU no Congo: “A presença brasileira é um ponto de inflexão na história das missões de paz.” **Gaúchazh**, 25 out. 2019. Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/10/general-que-comanda-tropas-da-onu-no-congo-a-presenca-brasileira-e-um-ponto-de-inflexao-na-historia-das-missoes-de-paz-ck2674lka09n501n3e4904x4a.html>.> Acesso em: 17 abr. 2020.

MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MACIEL, Beatriz. **Ensaio sobre a colonialidade através da história da República Democrática do Congo: da necropolítica à transmodernidade**. Revista Ensaios, vol. 14, jan-jun de 2019.

MASONGELE, Genick. **Imperialismo: do mundo para a colonização do congo**. 2016. 100 f. Dissertação(Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal de Tocantins. Palmas, 2016.

ONU. **Ceasefire Agreement (Lusaka Agreement)**. Democratic Republic of the Congo, 1999. Disponível em: < <https://peacemaker.un.org/drc-lusaka-agreement99> > Acesso em: 14 abr. 2020.

RAZA, SALVADOR. Cooperação Interagências: Porque e como funciona um estudo de modelos organizacionais nas Relações Internacionais. **Brazilian Journal of International Relations**. Edição Quadrimestral, v. 01. 2012.

ROSA, Vinícius G. **A operação de paz da ONU na República Democrática do Congo**. 2007. 83 f. Trabalho de conclusão de curso – Centro Universitário La Salle, Canoas, Rio Grande do Sul, 2007.

SCHLINDWEIN, Simone. A “Guerra santa” das FDLR no leste do Congo. **DW: Made for minds**, 23 fev. 2015. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-002/a-guerra-santa-das-fdlr-no-leste-do-congo/a-18269428> > Acesso em: 29 abr. 2020.

UFPR. **II Seminário Nacional de Sociologia e Política: Tendências e Desafios Contemporâneos**. Volume 4. Curitiba, 2010.

VALENZOLA, Renato. **O conflito na república democrática do congo e a ausência do estado na regulação das relações sociais**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília. Edição 12. 2013.

VISACRO, A. **Guerra Irregular, terrorismo e violência armada não estatal no século XXI**. ECEME, Rio de Janeiro, 2018

VISACRO, A. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2018.

APÊNDICE – Questionário

- 1) De que maneira a atuação peculiar dos grupos rebeldes na República Democrática do Congo atrapalham a atuação das tropas da MONUSCO, no que diz respeito as operações interagências?
- 2) Levando em consideração às diferenças das doutrinas de atuação dos diversos órgãos e agências presentes na Monusco, em que nível essa diferença doutrinária afeta o cumprimento das missões da Monusco? Como a diferença de normas de procedimento entre as tropas e as agências envolvidas influem no desenvolvimento da missão?
- 3) A comunicação é fator que dificulta o planejamento e execução das missões da MONUSCO, dentro do contexto das operações interagências ?
- 4) Existe necessidade de incremento no adestramento para atender, nas melhores condições, as missões interagências nas “Operações de Estabilização”?

ANEXOS

ANEXO A – FIGURAS

Figura 1 - Principais grupos armados na RDC, após 1998

Sigla e efetivo estimado	Nome	Região de atuação	Características
ADF/NALU (1)	Forças Democráticas Aliadas/Exército Nacional para a Libertação de Uganda	Fronteira RDC-Uganda	Combate ao governo de Uganda, apoiado pelo Sudão. Parte dos quadros são fundamentalistas islâmicos. Aliados das ex-FAR/Interahamwe. Cometeu muitos abusos contra os direitos humanos.
CNDP (1)	Congresso Nacional para a Defesa do Povo	Kivus, Orientale	Grupo congolês de origem Tutsi (Gen Laurent Nkunda). Focado na proteção da minoria Tutsi.
FAA (2)	Forças Armadas Angolanas	Fronteira RDC-Angola	Forças do governo de Uganda, atuaram em favor do governo da RDC.
FAB (2)	Forças Armadas Burundinenses	Fronteira RDC-Burundi	Apoiam grupos contrários ao governo da RDC durante o período 1998-2002.
Ex-FAR (1)	Ex-Forças Armadas de Ruanda	Fronteira RDC-Ruanda	Grupo formado por ex-integrantes das Forças Armadas de Ruanda, vinculado às milícias interahamwe.
FDD 15.000	Forças para a Defesa da Democracia do Burundi	Fronteira RDC-Burundi	Maior grupo de oposição em Burundi. Utilizou território da RDC para lançar operações.
FDLR 3.000	Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda	Kivus, Orientale	Grupo ruandense de origem Hutu contrário ao governo de Ruanda. Aliado do PARECO e ligado à milícia interahamwe e às ex-FAR, responsáveis pelo genocídio em Ruanda.
FUNA (1)	Ex-Exército Nacional de Uganda	Fronteira RDC-Uganda	Grupo formado por remanescentes do regime de Idi Amin.
Interahamwe 20.000	Interahamwe	Fronteira RDC-Ruanda	Remanescentes das milícias Hutu e das ex-FAR, responsáveis pelo genocídio de 1994. Aliados dos Mayi-Mayi, das forças de Kabila e de Hutu congolezes, contra forças de Ruanda.
LRA 1.000 a 3.000	Exército de Resistência do Senhor	Norte de Uganda, sul do Sudão e área fronteira desses países com a RDC	Criado em 1988, atuou na RDC desde 2005, origem ugandense, não tem agenda política clara, além da derrubada do governo ugandense. Atua com extrema violência perpetrando os mais variados abusos contra os direitos humanos, massacres de civis e recrutamento de crianças.
Mayi-Mayi 20.000 a 30.000	-	Região fronteira leste da RDC, principalmente nas províncias Kivu Norte e Sul	Milícias congolezas para a defesa contra a invasão de grupos de Ruanda. Possuem apenas lideranças locais e não caracterizam ações coordenadas. Responsáveis por inúmeras atrocidades.

MLC 18.000	Movimento para a Libertação do Congo	Provincia Equateur	Criado em 1999, Mobuistas e ex-integrantes das Forças Armadas do Zaire (FAZ), apoiados por Uganda.
PARECO (1)	Coalisão da Resistência Patriótica Congoleza	Kivu Norte	Facção Mayi-Mayi, aliada do FDLR. Alinhada com os Hutus, ajuda o governo da RDC a combater o CNDP.
RCD 20.000	Reunião Congoleza pela Democracia	Kivus, Goma, Bukavu, Uvira	Grupo criado em 1998 para defender a etnia Bayamulenge, apoiado por Ruanda e Uganda.
RCD-Goma (1)	Reunião Congoleza pela Democracia-Goma	Kivu Norte e Sul, Maniema, Kasai oriental, norte de Katanga e Kisangani.	Grupo congolês mais forte, tutsi, aliado a Ruanda e Burundi. Apoiado por Ruanda e Uganda, contra o governo Kabila. Surgiu de dissidência interna, apoiado por Ruanda e assumindo disputa com facções vinculada ao governo de Uganda.
RCD-K/ML (1)	Reunião Congoleza pela Democracia-Kisangani/ Movimento de Libertação	Bunia e Ituri	Grupo congolês, criado em 1999, dissidente do RCD-Goma. Apoiado por Uganda.
RCD-N (1)	Reunião Congoleza pela Democracia-Nacional	Ituri	Dissidência do RCD-K/ML. Apoiado pelo MLC e por Uganda. Conta com poucos efetivos. Explora diamantes ilegalmente.
RDF (1)	Forças de Defesa de Ruanda	Fronteira RDC-Ruanda	Apoio a grupos contrários ao governo da RDC.
RPA (2)	Exército Patriótico de Ruanda	Fronteira c/ RDC	Forças do governo de Ruanda, atuaram contra o governo da RDC durante o período 1998-2002. Apoia o RCD-Goma.
UNITA (1)	União Nacional para Independência Total de Angola	Fronteira RDC-Angola	Grupo angolano que atuou contra o governo da RDC durante o período 1998-2002.
UNRF II (1)	Frente de Salvação Nacional de Uganda II	Fronteira RDC-Uganda	Milícia que manteve a luta contra o governo de Uganda, até o final de 2002, apoiado pelo governo do Sudão.
UPC (1)	União dos Patriotas Congolezes	Bunia e Ituri	Milícia hema apoiada por Uganda e Ruanda. Atua com violência contra a população civil.
UPDF (2)	Forças de Defesa do Povo de Uganda	Fronteira c/ RDC	Forças do governo de Uganda, atuaram contra o governo da RDC durante o período 1998-2002.
ZDF (2)	Forças de Defesa do Zimbábue	-	Forças do governo do Zimbábue, atuaram em favor do governo da RDC durante o período 1998-2002.

Fonte: FILHO (2010)

Legenda: (1) estimativas não disponíveis ; (2) A presença dos efetivos variou.

Figura 2 - Efetivos da MONUSCO em janeiro 2020

Deployed number of personnel as of January 2020
(Civilian data as of May 2018)



Authorised number personnel



Fonte: ONU(2020)